

Aquisição de solução integrada de multimídia do plenário 6 /2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2024	682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	ILSON IGLESIAS GOMES	07/03/2024 12:27 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		50300.008654/2023-70

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Solução Integrada de Multimídia do plenário, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MICROFONE GOOSENECK COM BASE COM FIO- 1.1. Microfone do tipo gooseneck com duas partes flexíveis; 1.2. Padrão polar de captação cardioide; 1.3. Comprimento entre 380 mm e 480 mm; 1.4. Tipo de cápsula: condensador; 1.5. Alimentação phantom power; 1.6. Máximo nível de pressão sonora suportado, maior que 100 dB; 1.7. Alcance dinâmico maior que 90 dB; 1.8. Relação sinal-ruído melhor que 66 dB; 1.9. Resposta em frequência de 85 Hz a 16kHz; 1.10. Sensibilidade menor ou igual a -30 dBV/Pa; 1.11. Impedância menor ou igual à 200 ohms; 1.12. Ser produzido na cor preta; 1.13. Deve vir acompanhado de espuma de proteção contra sopro e base de mesa para o microfone.	342513	1	8	R\$ 8.166,06	R\$ 65.328,48
	MICROFONE BASTÃO SEM FIO - 1.1. Deve ser composto por transmissor e receptor, com transmissão digital; 1.2. Possuir autogerenciamento de canais; 1.3. Cápsula do tipo condensador; 1.4. Alcance dinâmico: maior que 110 dB; 1.5. Saída: balanceada e desbalanceada,					

2	em conectores separados; 1.6. Antenas destacáveis e compatíveis com sistemas de antenas remotas; 1.7. Transmissor: 1.7.1. Tipo: bastão; 1.7.2. Padrão polar: supercardióide ou hipercardióide; 1.7.3. Botão on/off; 1.7.4. Display LCD para indicação de sinal de RF, nome e status da bateria. 1.8. O chassi deve possuir interface de comunicação de dados através de porta exclusiva para esse fim; 1.9. O transmissor deve operar com duas baterias do tipo AA, por no mínimo oito horas, garantido em documentação do fabricante; 1.10. Deve ser fornecido com conjunto compatível de bateria recarregável interna ou externa e carregador, do mesmo fabricante do microfone. 1.11. O equipamento deve ser homologado pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.	475684	1	2	R\$ 21.664,36	R\$ 43.328,71
3	PROCESSADOR DIGITAL DE SINAIS DE AUDIO - 1.1. Processador digital de áudio para sistemas de sonorização; 1.2. Possuir oito saídas balanceadas; 1.3. Possuir doze entradas balanceadas para microfone e linha, com phantom power e cancelamento de eco acústico; 1.4. Conversão A/D e D/A: 1.4.1. Profundidade: 24 bit ou maior; 1.4.2. Amostragem: 48kHz, ou maior; 1.5. Resposta de frequência: de 20 Hz a 20 KHz, com variação máxima de +/- 0,5 dB; 1.6. Suportar comunicação com linha telefônica analógica e linha telefônica IP (VoIP) para permitir chamadas e teleconferências; 1.7. Permitir a comunicação de áudio multicanal com computadores utilizando conexão USB integrada, para utilização em chamadas de web conferências; 1.8. Deve suportar nativamente protocolos de áudio em rede em camada 3, AES67 ou Dante, com no mínimo 32 canais; 1.9. Interface de comunicação serial RS-232 para integração com sistemas de automação; 1.10. Interface de rede gigabit ethernet; 1.11. Deve permitir a criação de GUI de operação do sistema; 1.12. Montável em rack 19"; 1.13. Alimentação 120 VAC - 240 VAC, 50 - 60 Hz	150925	1	1	R\$ 99.563,36	R\$ 99.563,36
4	EXPANSOR DE CANAIS PARA PROCESSADOR DE AUDIO - O expensor de canais para processador de áudio deve ser totalmente compatível e integrado ao processador de áudio ofertado; 1.2. Possuir capacidade instalada de receber e enviar áudio digital em rede, usando protocolo Dante ou AES67; 1.3. Deve possuir quatro entradas e quatro saídas de áudio analógico; 1.4. Todas as entradas físicas devem e suportar fontes em nível de linha e nível de microfone com sinal balanceado e fornecer alimentação phantom power; 1.5. Todas as saídas devem fornecer sinal balanceado em nível de linha; 1.6. Deve possuir duas interfaces de rede gigabit ethernet; 1.7. Possibilitar a alimentação do equipamento, preferencialmente através de fonte PoE/PoE+ ou ser fornecido com fonte elétrica	612403	1	1	R\$ 71.375,15	R\$ 71.375,15

	bivolt; 1.8. A interface deve receber as fontes de áudio locais e enviar para o processador de áudio por meio da rede de dados; 1.9. Para atendimento das demandas solicitadas acima, a interface pode ser formada por mais de um equipamento; 1.10. Deve ser compatível e instalável em rack padrão 19 polegadas.					
5	DISTRIBUIDOR DE SINAIS DE AUDIO PARA A IMPRENSA 1.1. Distribui o áudio de entrada de linha para 12 portas XLR no padrão saída mic; 1.2. Transformador interno de isolamento para cada porta de saída; 1.3. Impedância de cada saída: 150 ohms; 1.4. Impedância de entrada: entre 2K a 3kOhms	479395	1	1	R\$ 22.810,41	R\$ 22.810,41
6	AMPLIFICADOR DE AUDIO - 1.1. Amplificador classe D; 1.2. Possuir oito canais independentes; 1.3. Potência por canal: no mínimo 100WRMS, a 8 ohms, 4 ohms e 70 V; 1.4. Operar em linhas de 70 V; 1.5. Possuir controles de níveis dos canais; 1.6. Entradas nível linha balanceada em conectores tipo XLR de 3 pinos ou Euroblock; 1.7. Possuir capacidade instalada de receber áudio digital em rede, usando protocolo Dante ou AES67; 1.8. Permitir o roteamento de sinais internamente por meio de seu DSP; 1.9. Saídas amplificadas em conectores AES-45 ou terminais com parafusos; 1.10. Deve possuir indicadores de sinal e limite ou falha; 1.11. Deve possuir sistemas de proteção; 1.12. Ventilação forçada; 1.13. Porta lógica para integração com sistema de automação ou supervisão; 1.14. Ter relação sinal-ruído melhor que 100 dB; 1.15. Fator de amortecimento maior que 100; 1.16. Sistema de economia de energia; 1.17. Alimentação: 100/240V; 1.18. Permitir montagem em rack padrão 19"; 1.19. Pode ser composto por módulos, desde que atendam às especificações e sejam do mesmo fabricante.	602332	1	1	R\$ 93.492,34	R\$ 93.492,34
7	CAIXA ACÚSTICA TIPO ARRAY COM SUPORTE - 1.1. Composta por 16 (dezesesseis) ou mais drivers de 1.25" a 3,5"; 1.2. Cobertura horizontal: 140° a 180°; 1.3. Cobertura vertical: 0° a 30° ou 15° a 40°; 1.4. Resposta de frequências (-10dB): 120 Hz a 20 kHz; 1.5. Potência nominal: 325 W RMS, ou maior; 1.6. Sensibilidade: 88 dB SPL, ou maior; 1.7. Pressão sonora máxima contínua: 112 dB SPL (a 1m), ou melhor; 1.8. Impedância nominal: 8 ou 16 ohms; 1.9. Possuir transformador interno para operação em linhas de 100 V e 70 V; 1.10. Deve acompanhar suporte de parede. 1.11. Deve ser fornecida na cor branca ou preta, conforme colocação da ordem de serviço.	602333	1	4	R\$ 23.960,79	R\$ 95.843,17
	CAIXA ACÚSTICA SUBWOOFER -					

8	1.1. Caixa acústica passiva para complemento de baixas frequências; 1.2. Potência: 400 W, ou superior; 1.3. Possuir capacidade de conexão com linhas de baixa impedância, até 16 ohms, no máximo; 1.4. Sensibilidade: 91 dB/W a 1 m ou superior; 1.5. Máximo nível de pressão sonora de 120 dB a um metro; 1.6. Faixa de operação em frequência que inclua a banda de 45 Hz a 220 kHz, 1.7. - 10 dB; 1.8. Dois conectores de sinal tipo AES45 (Speakon) ou conector de bloco; 1.9. Deve ser fornecida na cor branca ou preta, conforme colocação da ordem de serviço.	482921	1	1	R\$ 15.500,31	R\$ 15.500,31
9	MONITOR DE REFERÊNCIA 1.1. Monitor de referência para retorno de áudio, para uso em campo próximo; 1.2. Ser do tipo ativo e ser formado por dois transdutores, gabinete para instalação sobre mesa; 1.3. Deve possuir um alto-falante com cone de kevlar de 4 a 6 polegadas e um tweeter com cone de seda com dimensão entre 0,75 e 1,25 polegadas; 1.4. Deve possuir potência total igual a 60 W ou superior; 1.5. THD menor ou igual a um por cento em meia potência; 1.6. Deve possuir resposta em frequência que inclua, no mínimo, a faixa de 50 a 20 kHz; 1.7. Deve possuir uma entrada de linha com conector tipo combo XLR/TRS 1/4"; suportando sinais balanceados e desbalanceados; 1.8. Deve possuir controle de volume na parte frontal ou traseira; 1.9. Deve possuir LED indicador de funcionamento parte frontal; 1.10. Tensão de alimentação 100 / 240 VAC, 50 / 60 Hz.	613778	1	1	R\$ 5.816,35	R\$ 5.816,35
10	MONITOR DE LED PARA RETORNO DE VIDEO 75" 1.1. Monitor do tipo stand-alone; 1.2. Tecnologia: LCD, VA ou IPS; 1.3. Diagonal do Módulo LED de tamanho de 75"; 1.4. Montagem: Horizontal ou Vertical; 1.5. Brilho mínimo de 350 cd/m²; 1.6. Cor do visor: gama de 92% ou maior; 1.7. Nível de Contraste mínimo: 1200:1; 1.8. Resolução mínima Individual do Módulo: 1920x1080 pixels; 1.9. Interfaces mínimas: 2 x HDMI; 1 x RJ45; 1 x Display Port, RS-232 (entrada e saída); 1 x áudio (3,5 mm); 1.10. Alimentação Elétrica do Paineil bivolt: 100 ~ 230 Vca - 50/60 Hz com chaveamento automático; 1.11. Possuir compatibilidade com suportes padrão VESA; 1.12. Consumo Elétrico máximo: 200W; 1.13. Deve ser fornecido com suporte de teto com ajuste de altura e inclinação para o Plenário. 1.14. Deve ser fornecido com suporte de parede com ajustes para as salas de reunião.	611856	1	6	R\$ 44.443,91	R\$ 266.663,46
	MATRIZ DE VIDEO 8X8 HDMI 1.1. Matriz deve ser do tipo 8 x 8 HDMI, que permita que qualquer entrada seja transferida para					

11	qualquer ou todas as saídas com roteamento digital; 1.2. Permitir roteamento do áudio embarcado nas entradas e saídas; 1.3. Deve possuir oito portas de entrada e oito portas de saída de áudio analógico; 1.4. Suporte a HDCP, para ser encaminhado livremente aos canais de saída roteados; 1.5. Deve suportar resolução mínima Full HD 60 Hz; 1.6. Suportar HDR; 1.7. Deve possuir função EDID para garantir a funcionalidade adequada com dispositivos de origem; 1.8. Possuir porta de controle RS-232 para integração com central de automação; 1.9. Possuir porta de rede Ethernet que permita configurar e controlar a matriz; 1.10. Suportar HDMI ARC; 1.11. Suporte a 10 presets de configuração; 1.12. Deve possuir padrão de montagem em rack padrão 19"; 1.13. Tensão de 100 a 240V, 50/60 Hz.	615202	1	1	R\$ 104.148,25	R\$ 104.148,25
12	CENTRAL DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE 1.1. Central de automação e controle para montagem em rack padrão 19". 1.2. Possuir no mínimo: 1.2.1. 8 x portas IR/Serial; 1.2.2. 8 x portas I/O; 1.2.3. 8 x interfaces de relé; 1.2.4. 1 x portas RS-232 / RS-422 / RS-485 bidirecional; 1.2.5. 2 x portas RS-232 bidirecionais; 1.2.6. 1 x Ethernet 10/100Mbps; 1.2.7. 1 x USB. 1.3. Ser fornecido com fonte de alimentação bivolt; 1.4. Possuir LEDs com indicação de atividades; 1.5. Fornecer licenças de desenvolvimento necessárias e demais acessórios necessários para a integração com a solução.	381468	1	1	R\$ 49.019,63	R\$ 49.019,63
13	UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA AUTOMATIZADA 1.1. Interface inteligente de distribuição de energia; 1.2. Possuir no mínimo oito saídas 2P+T controladas e monitoradas individualmente; 1.3. Permitir o monitoramento dos dispositivos conectados por meio do protocolo SNMP; 1.4. Possuir proteção das saídas e permitir uma corrente total de no mínimo 10 Amperes; 1.5. Possuir porta de rede ethernet para comunicação e controle, além de indicação luminosa de funcionamento nas saídas; 1.6. Possuir interface web embarcada ou integração com a central de automação ofertada.	214984	1	2	R\$ 2.700,87	R\$ 5.401,73
14	PONTO DE ACESSO WIRELESS 1.1. Rádio simultâneo da dupla faixa 5GHz a 850 Mbps; 1.2. Frequência de Operação: 2.4 GHz e 5 GHz; 1.3. Padrões Wi-Fi: 802.11 ac Wave; 1.4. Usuários simultâneos: cinquenta; 1.5. Interface de Rede: (1) RJ45 GbE; 1.6. Método de Alimentação: Power over Ethernet (POE) 802.3af; 1.7. O equipamento deve ser homologado pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações;	460864	1	1	R\$ 9.007,25	R\$ 9.007,25

15	INTERFACE DE OPERAÇÃO SEM FIO COM DOCK DE PAREDE 1.1. Possuir tela de LED com diagonal de 10,2’’ Multi-Touch; 1.2. Possuir processador Hexa-Core A12 ou superior; 1.3. Conexão Wi-fi 802.11ac ou superior; 1.4. Conexão Bluetooth 4.2; 1.5. Possuir 10 horas de bateria por carga; 1.6. Deve ser compatível com Mac ou Windows; 1.7. Deve acompanhar dock de mesa que fixa e carrega a bateria do painel por tecnologia de indução; 1.8. Possuir capa de proteção para montagem semipermanente e fixação magnética com a base de carga; 1.9. Deve vir acompanhados de todos os acessórios e softwares necessários para instalação e controle dos equipamentos de áudio, vídeo e automação ofertados.	480085	1	1	R\$ 12.028,81	R\$ 12.028,81
16	INTERFACE DE CONTROLE TOUCHSCREEN 19" 1.1. Processamento de core i5 1.8GHz de oitava geração ou superior; 1.2. Memória RAM 8GB 2133MHz DDR4; 1.3. Disco Rígido 128 GB SSD; 1.4. Compatível com Sistema Operacional Windows 10; 1.5. Três ou mais portas USB 2.0 ou superior; 1.6. Tela Touch Screen 19,5" ou maior, montada juto ao equipamento formando uma peça única; 1.7. Brilho da tela: 200 nits, ou maior; 1.8. Contraste: 1000:1, ou melhor. 1.9. Tempo de resposta 6 ms, ou menor; 1.10. Porta Ethernet RJ45 Gigabit; 1.11. Deve vir acompanhados de todos os acessórios necessários para instalação, inclusive teclado e mouse sem fios.	451802	1	1	R\$ 28.388,83	R\$ 28.388,83
17	DISPOSITIVO DE CAPTURA DE AUDIO E VIDEO 1.1. O dispositivo deve possuir uma interface de conexão de dados do tipo USB na versão 3.0 ou superior; 1.2. Deve possuir uma entrada e uma saída de vídeo (loop-out) no padrão HDMI 2.0; 1.3. Deve também possuir uma entrada e uma saída de áudio analógico; 1.4. Deverá suportar a captura de imagens com resoluções Full HD ou superior; 1.5. Deve ser compatível com EDID; 1.6. Deve ser capaz de fazer cortes, realizar o escalonamento, a inversão e o espelhamento da imagem. 1.7. Deve ser compatível com sistemas operacionais Windows, Mac e Linux; 1.8. Deve ser compatível com Zoom, MS Teams, OBS Studio e Vmix.	235353	1	1	R\$ 11.696,35	R\$ 11.696,35
	ENCODER DE AUDIO E VIDEO DIGITAL HD 1.1. Deve possuir entradas de vídeo SDI e HDMI que suportem, com identificação automática, as resoluções: 1.1.1. 1920x1080P@60/59.94/50/24/23.98 FPS; 1.1.2. 1280x720@ 60/59.94/50 FPS; 1.1.3. 1920x1080i 29.97/25 FPS. 1.2. Deve possuir entrada de áudio estéreo analógica via conector 1 /8’’; 1.3. Para saída de áudio, todos os sinais					

18	deverão ser embutidos no sinal HDMI; 1.4. Deve permitir saída de áudio através de saída desbalanceada com conector 1/8"; 1.5. Codificação selecionável com resolução de 128x128 a 1920x1080; 1.6. Taxa de bits para somente gravação deve estar entre 100kbps à 30Mbps; 1.7. Taxa de bits para somente transmissão deve estar entre 100kbps a 20Mbps; 1.8. Padrão de codificação de áudio deve ser AACLC; 1.9. Amostragem de áudio deve estar entre 32, 41.1 e 48kHz quando digitalizado a partir de fonte analógica; 1.10. Taxa de bits deve variar de 32kbps a 256 kbps; 1.11. Deve apresentar scaler ou upscaling de alta qualidade com variação de 10 bits, quando gravando ou transmitindo; 1.12. A gravação deve ser no padrão MP4 e MOV com dois canais de áudio AAC embutido; 1.13. Deve possuir capacidade de 300 minutos de gravação; 1.14. Deve possuir uma porta RJ45 fornecendo 10/100 /1000 Base-T Ethernet com endereçamento estático ou DHCP com protocolos RTMP, RTSP/RTP, suporte IPv4 e ter opções Unicast e Multi Unicast; 1.15. Para armazenamento deve possuir 02 portas USB com suporte para NTFS e FAT32, cartões SD, SDHC e SDXC e suporte para gravar em pastas compartilhadas em computadores na rede; 1.16. Alimentação 110/220v.	407087	1	1	R\$ 37.303,64	R\$ 37.303,64
19	CÂMERA MÓVEL 1.1. Deve possuir um sensor Full HD 1/2.8" Type CMOS; 1.2. Sua lente deve ser capaz de fornecer um zoom de 20x ótico; 1.3. Sinal de saída de vídeo: 1080P60/50/30/25/59.94/29.97, 1080I60/50/59.94; 1.4. Rotação PAN: -170 to +170°; 1.5. Rotação tilt: -30 to +90°; 1.6. Velocidade de rotação de no mínimo 60°/s; 1.7. Saída de vídeo SDI e LAN; 1.8. Interface LAN: RJ45; 1.9. Interface RS232 controle; 1.10. Possuir WDR: Dinâmico e Desligado; 1.11. Ajuste de White Balance: Ligado e Desligado; 1.12. Ajuste de vídeo: Brilho, Cor, Curva Gamma e Contraste.	604559	1	4	R\$ 18.980,50	R\$ 75.922,00
20	CONTROLE PARA CÂMARAS MÓVEIS 1.1. Permite uso do protocolo Pelco e Visca; 1.2. Permite o gerenciamento de câmeras via RS232; 1.3. Display LCD ou OLED; 1.4. Protocolo RS-422; 1.5. Permite o controle de Zoom, Foco, Iris; 1.6. Mínimo 100 Presets; 1.7. Deve ser compatível com as câmeras ofertadas;	613728	1	1	R\$ 9.312,60	R\$ 9.312,60
	MONITOR DE MULTI VISUALIZAÇÃO 1.1. Diagonal da tela de 21" a 25"; 1.2. Tecnologia LED; 1.3. Cobertura antirreflexo; 1.4. Tempo de resposta: 10 ms, ou menor; 1.5. Dot pitch: 0,3 mm x 0,3 mm, ou menor; 1.6. Quantidade de cores: 16,7 milhões de cores, ou maior; 1.7. Contraste típico 1000:1, ou maior; 1.8. Brilho: no mínimo,					

21	250 cd/m², no máximo 350 cd/m²; 1.9. Entrada de vídeo: Display Port ou HDMI; 1.10. Resolução: 1920 x 1080 a 60 Hz; 1.11. Ângulo de visão (H/V) mínimo: 178°; 1.12. Furação para fixação em padrão VESA100 ou menor; 1.13. A base deve permitir ajuste de angulação (tilt), altura e rotação sobre o eixo vertical e horizontal; 1.14. Operar com tensão de entre 100 e 240 VAC.	295866	1	1	R\$ 9.397,60	R\$ 9.397,60
22	SWITCHER DE VIDEO DIGITAL HD 1.1. Entradas HD sendo 5x SD/HD SDI e 2x SD /HD HDMI; 1.2. Possuir escalonador interno individual para todas as entradas de vídeo; 1.3. Formatos: 1.3.1. 1080p30/1080p29/1080p25 /1080p24/1080p23; 1.3.2. 1080i60/1080i59/1080i50 /720p60/720p59/720p50; 1.3.3. 1080p60/1080p59 /1080p50. 1.4. Saídas: 2x HD-SDI (PGM), 3x HD-SDI (AUX); 1.5. Multivisualização: 1x HDMI; 1.6. Deve possuir portas de entrada de áudio balanceadas; 1.7. Deve possuir painel de operação com tela de LCD sensível ao toque incorporada; 1.8. Deve possuir recurso de PIP; 1.9. Deve possuir recurso de DSK; 1.10. Gerenciamento e controle via software próprio; 1.11. Deve acompanhar todos os adaptadores necessários para conexão das fontes de entrada e saídas de vídeo conforme o projeto.	604752	1	1	R\$ 74.415,00	R\$ 74.415,00
23	EXTENSOR DE VIDEO SOBRE CABO UTP 1.1. Ser compatível com a matriz de vídeo do item 22; 1.2. Possuir (Transmissor): 1 x HDMI de entrada e 1 x RJ45 de saída; 1.3. Possuir (Receptores): 1x RJ45 de entrada e 1 x HDMI de saída; 1.4. Máximo comprimento do cabo UTP: 60m, em resolução Full HD ou superior @ 30 Hz; 1.5. Suporte à resolução: Full HD ou superior @ 60 Hz (4:4:4) e HDR; 1.6. Suporte a áudio: Dolby TrueHD, DTS-HD; 1.7. Compatível com EDID e HDCP; 1.8. Composto por transmissor e receptor individuais; 1.9. Deve possuir taxa de dados de no mínimo 6Gbps por canal;	614563	1	6	R\$ 16.391,50	R\$ 98.348,98
24	SISTEMA DE COMPARTILHAMENTO DE IMAGENS SEM FIO 1.1. O sistema deve ser capaz de receber imagens de computadores e dispositivos móveis sem uso de cabos conectados a estes dispositivos; 1.2. Possuir uma saída e uma entrada de vídeo digital; 1.3. Compatibilidade com dispositivos Windows, Android e iOS; 1.4. Possuir funcionalidade de quadro branco incorporada; 1.5. Suportar fluxo de vídeo de no mínimo full HD 1080p e 30 quadros por segundo; 1.6. Apresentar, no mínimo, 4 imagens compartilhadas em uma mesma saída de vídeo; 1.7. Possuir no mínimo 2 portas USB incorporadas ao chassi do equipamento; 1.8. Possuir código de autenticação de usuário; 1.9. Deve possuir uma porta de rede de 1000Mbps	612277	1	1	R\$ 31.965,24	R\$ 31.965,24

	(Gigabit); 1.10. Alimentação através de porta PoE, fonte externa ou fonte interna; 1.11. Deve ser compatível com o item 19 "UNIDADE DE TELECONFERENCIA PARA SALAS MÉDIAS" 1.12. Deve ser fornecido com equipamento do tipo ponto de acesso wireless com as seguintes funcionalidades: 1.12.1. WiFi 802.11ac dual band ou superior; 1.12.2. Estar compatível com tecnologia MIMO; 1.12.3. Possuir antenas internas; 1.12.4. Operar em modo ponto de acesso ou modo cliente					
25	SWITCH ETHERNET 24 PORTAS GERENCIÁVEL 1.1. Switch de rede do tipo gerenciável; 1.2. Gabinete padrão 19"; 1.3. Deverão ser fornecidos todos os cabos e acessórios para a ligação e montagem do switch em rack padrão 19"; 1.4. O equipamento deverá possuir fonte de alimentação interna que opere na faixa de tensão de 100-240VAC; 1.5. Possuir 24 portas RJ45 Gigabit Ethernet (10/100/1000Mbps); 1.6. As portas deverão ser compatíveis com alimentação PoE (Power over Ethernet) e fornecer no mínimo 190W entre elas; 1.7. Deve possuir no mínimo 2 portas SFP; 1.8. Deve ser compatível com os padrões IEEE 802.3, 802.3u, 802.3ab, 802.3z, 802.3x, 802.1p, 802.1q, 802.1d, 802.1w, 802.1s, 802.1ax, 802.3ad, 802.3af e 802.3at; 1.9. Deve possuir uma capacidade de switching de no mínimo 76 Gbps; 1.10. Deve possuir uma capacidade de encaminhamento de pacotes de no mínimo 50 Mpps; 1.11. Implementar no mínimo 64 rotas estáticas IPV4 e 32 rotas estáticas IPV6; 1.12. Capacidade de possuir até 4000 VLANs IDs	448242	1	1	R\$ 37.948,04	R\$ 37.948,04
26	RACK METÁLICO PADRÃO 19" 40UR 1.1. 40 unidades rack (UR) de altura; 1.2. Profundidade mínima: 870mm; 1.3. Rack fechado composto por estrutura soldada; 1.4. Acabamento na cor preta; 1.5. Placas laterais e traseira removíveis por fecho rápido e porta frontal em aço com fechadura e vidro temperado; 1.6. Conjunto de 4 rodízios composto por: 2 rodízios sem trava; 2 rodízios com trava; 1.7. Bandejas fixas e móveis em número suficiente à acomodação de todos os equipamentos ofertados que pertençam ao padrão 19"; 1.8. Painéis frontais cegos, para os espaços vagos com acabamento na cor preta; 1.9. Sistema de ventilação forçada, com sinalização luminosa; 1.10. Passa-cabos com tampa encaixável e acabamento na cor preta; 1.11. Kit de fixação composto por: porca gaiola M5, parafusos Philips M5x15 e arruelas lisas M5, em número suficiente para instalação de todos os equipamentos ofertados.	292616	1	1	R\$ 21.519,73	R\$ 21.519,73
27	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - MINI AUDITÓRIO/PLENÁRIO	1589	1	1	R\$ 61.253,00	R\$ 61.253,00

28	TREINAMENTO	3840	1	1	R\$ 12.353,15	R\$ 12.353,15
29	MÓVEL TÉCNICO PARA OPERAÇÃO 1. Comportar um técnico com espaço para colocar até dois suportes para monitores de vídeo; 2. Travessas e braços de apoio fabricados em aço; 3. Possuir calhas para passagem de cabos; 4. Tampa de acesso para cabos na parte superior da mesa; 5. Fechamentos em chapa de aço com pintura eletrostática; 6. Possuir tampos laterais; 7. Tampo de mesa fabricado em aglomerado com revestimento em laminado melamínico com bordas PVC arredondadas; 8. Pés estruturais fabricados em chapa de aço com reforço e niveladores, com rosca M12 e cabeça sextavada, injetada em nylon, e com sistema de nivelamento de altura através de chave sextavada; 9. Possuir suporte articulado para monitores de até 32"; 10. Capacidade de carga estática dos tampos de até 150kg; 11. Medidas sugeridas: 1400mm x 1000mm com altura em relação ao piso de 76mm; 12. Deve ser totalmente customizado de acordo com o espaço disponível na cabine técnica. O projeto deve ser aprovado na apresentação do projeto executivo.	608507	1	2	R\$ 19.934,00	R\$ 39.868,00
Total						R\$ 1.509.019,60

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A entrega dos bens será em remessa única, caracterizando como fornecimento não contínuo, Entretanto haverá contrato de garantia que abrangerá o serviço de instalação, suporte, assistência técnica e manutenção por 36 (trinta e seis) meses.

ou

1.5. Suprimido.

1.5.1 Suprimido

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Suprimido:

OU

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A pretendida contratação busca o fornecimento de nova solução de automação para Auditório da ANTAQ, com novas funcionalidades, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia por 36 (trinta e seis) meses. A solução compreende câmeras, gravadora e infraestrutura de rede que garantam e possibilitem conexões de várias unidades ao mesmo tempo.

4.1.1 A pretendida contratação (solução integrada de automação do Auditório), também pretende fornecer solução de automação de vídeo, áudio e transmissão com o padrão FULL HD e conexão HDMI, possibilitando assim melhor qualidade de imagem e conexão sem uso de adaptadores, possibilitando compatibilidade nativa com os demais componentes de infraestrutura.

4.1.2 Cabe ressaltar que, entre 2016 e 2021, foram realizadas tentativas de início de um novo projeto de contratação de solução, no entanto, por vários motivos estes não prosseguiram. Posto isto, dado que o retorno de investimento da solução atual já foi extrapolado e há necessidade de evolução da solução, se faz necessária a contratação em tela de forma integrada com a solução atual e ao mesmo tempo, substituição de componentes e equipamentos inservíveis.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. A empresa CONTRATADA deverá atender as orientações contidas na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.2. A empresa deve ainda adotar os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

- Utilizar materiais biodegradáveis;*
- Os empregados da contratada devem ser orientados a realizar a separação consciente do lixo, para reciclagem;*

- *Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;*
- *Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas MTE.*

4.2.3. Suprimido:

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Suprimido

4.4. Suprimido

4.4.1. Suprimido

4.4.2. Suprimido

4.4.3...Suprimido

Da exigência de amostra

4.5. Suprimido

4.6. Suprimido

4.6.1...Suprimido

4.6.2...Suprimido

4.6.3...Suprimido

4.7. Suprimido

4.8. Suprimido

4.9. Suprimido

4.10. Suprimido

4.10.1. Suprimido

4.10.2. Suprimido

4.11. Suprimido

4.12. Suprimido

4.13. Suprimido

4.14. Suprimido

4.15. Suprimido

Da exigência de carta de solidariedade

4.16. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.17. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

ou

4.18. Suprimido

4.18.1. Suprimido

4.18.2. Suprimido

4.19. Suprimido

Garantia da contratação

4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

ou

4.21. Suprimido

4.22. Suprimido

4.23. Suprimido

4.24. Suprimido

Vistoria

4.25. Suprimido.

ou

4.26. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:30 horas às 17:00 horas.

4.27. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.28. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

4.29. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.30. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) assinatura do contrato, em remessa única.

ou

5.2. Suprimido

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Sede da Agência – SEPN – Quadra 514 – Conjunto “E” – Edifício ANTAQ – Asa Norte (Brasília/DF) – CEP: 70.760-545.

5.5. Suprimido

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. Suprimido

ou

5.7. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

ou

5.9. Suprimido

5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento. [A5]

5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);[A1]

6.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. Suprimido

6.9.1. Suprimido

6.9.2. Suprimido

6.9.3. Suprimido

6.9.4. Suprimido

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da

liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1], no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **20 (vinte)** dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação **do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~

~~7.24. Suprimido~~

~~7.25. Suprimido~~

~~7.26. Suprimido~~

~~7.26.1. Suprimido~~

~~7.26.2. Suprimido~~

~~7.27. Suprimido~~

~~7.27.1. Suprimido~~

~~7.27.2. Suprimido~~

~~7.28. Suprimido~~

~~7.29. Suprimido~~

7.30. Suprimido

7.31. Suprimido

7.31.1. Suprimido

7.32.2. Suprimido

7.32. Suprimido

Cessão de crédito

7.33. Suprimido

7.33.1. Suprimido

7.34. Suprimido

7.35. Suprimido

7.36. Suprimido

7.37. Suprimido

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **[MENOR PREÇO] OU [MAIOR DESCONTO]**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **[integral/parcelado/continuado]**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;^[A2]

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Suprimido

8.12. Suprimido

8.13. Suprimido

8.14. Suprimido

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **[Estadual/Distrital]** ou **[Municipal/Distrital]** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda **[Estadual/Distrital]** ou **[Municipal/Distrital]** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A5]

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **[Estadual/Distrital]** ou **[Municipal/Distrital]** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos [A8] acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente]. [A9]

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional **CREA. (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)**, em plena validade; [A12]

8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. Executou infraestrutura de cabeamento de áudio, vídeo, dados e elétrica, incluindo a instalação, configuração de equipamentos de som, imagem, redes (dados), automação, projeção de imagens e gravação;

8.31.1.2. Procedeu a distribuição de áudio e vídeo via software, com automação de central e suas respectivas conectividades;

8.31.1.3. Prestou serviços de processamento digital de sinais de áudio e vídeo (DSP) programáveis por software com interface gráfica e visualização de imagem; e

8.31.1.4. Executou instalação e configuração de solução de videoconferência composta por sistema de gerenciamento, unidade de controle multiponto com firewall transversal, plataforma de gravação e streaming.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.5. Suprimido

8.32. Suprimido

8.32.1. Suprimido

8.32.2. Suprimido

8.32.3. Suprimido

8.32.4. Suprimido

8.32.5. Suprimido

8.32.6. Suprimido

8.32.7. Suprimido

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.509.019,60 (um milhão, quinhentos e nove mil, dezenove reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela acima] ou ~~em~~ anexo.

Auditório - sede ANTAQ						
Orçamento preliminar - (análise Orçamentos)						
Referência - Orçamento nº 1952308, 1952310, 1952312						
ID.	Itens	Qtd.	EMN nº 1952308	Coperson nº 1952310	SEAL nº 1952312	Val. médio Orçamento
			Total	Total	Total	Total
1	MICROFONE GOOSENECK COM BASE COM FIO	8	R\$ 72.116,00	R\$ 65.560,00	R\$ 58.309,44	R\$ 65.328,48
2	MICROFONE BASTÃO SEM FIO	2	R\$ 44.044,00	R\$ 40.040,00	R\$ 45.902,14	R\$ 43.328,71
3	PROCESSADOR DIGITAL DE SINAIS DE AUDIO	1	R\$ 110.836,00	R\$ 100.760,00	R\$ 87.094,07	R\$ 99.563,36
4	EXPANSOR DE CANAIS PARA PROCESSADOR DE AUDIO	1	R\$ 94.246,90	R\$ 85.679,00	R\$ 34.199,55	R\$ 71.375,15

5	DISTRIBUIDOR DE SINAIS DE AUDIO PARA A IMPRENSA	1	R\$ 19.965,00	R\$ 18.150,00	R\$ 30.316,24	R\$ 22.810,41
6	AMPLIFICADOR DE AUDIO	1	R\$ 90.145,00	R\$ 81.950,00	R\$ 108.382,03	R\$ 93.492,34
7	CAIXA ACÚSTICA TIPO ARRAY COM SUPORTE	4	R\$ 57.692,80	R\$ 52.448,00	R\$ 177.388,72	R\$ 95.843,17
8	CAIXA ACÚSTICA SUBWOOFER	1	R\$ 19.142,20	R\$ 17.402,00	R\$ 9.956,74	R\$ 15.500,31
9	MONITOR DE REFERÊNCIA	1	R\$ 5.445,00	R\$ 4.950,00	R\$ 7.054,05	R\$ 5.816,35
10	MONITOR DE LED PARA RETORNO DE VIDEO 75"	6	R\$ 324.522,00	R\$ 295.020,00	R\$ 180.448,38	R\$ 266.663,46
11	MATRIZ DE VIDEO 8X8 HDMI	1	R\$ 111.925,00	R\$ 101.750,00	R\$ 98.770,57	R\$ 104.148,52
12	CENTRAL DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE	1	R\$ 61.141,30	R\$ 55.583,00	R\$ 30.334,59	R\$ 49.019,63
13	UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA AUTOMATIZADA	2	R\$ 4.356,00	R\$ 3.960,00	R\$ 7.889,18	R\$ 5.401,73
14	PONTO DE ACESSO WIRELESS	1	R\$ 11.979,00	R\$ 10.890,00	R\$ 4.152,75	R\$ 9.007,25
15	INTERFACE DE OPERAÇÃO SEM FIO COM DOCK DE PAREDE	1	R\$ 10.829,50	R\$ 9.845,00	R\$ 15.411,94	R\$ 12.028,81
16	INTERFACE DE CONTROLE TOUCHSCREEN 19"	1	R\$ 36.300,00	R\$ 33.000,00	R\$ 15.866,50	R\$ 28.388,83
17	DISPOSITIVO DE CAPTURA DE AUDIO E VIDEO	1	R\$ 12.221,00	R\$ 11.110,00	R\$ 11.758,04	R\$ 11.696,35
18	ENCODER DE AUDIO E VIDEO DIGITAL HD	1	R\$ 43.681,00	R\$ 39.710,00	R\$ 28.519,92	R\$ 37.303,64
19	CÂMERA MÓVEL	4	R\$ 93.896,00	R\$ 85.360,00	R\$ 48.510,00	R\$ 75.922,00
20	CONTROLE PARA CÂMARAS MÓVEIS	1	R\$ 10.744,80	R\$ 9.768,00	R\$ 7.425,00	R\$ 9.312,60
21	MONITOR DE MULTI VISUALIZAÇÃO	1	R\$ 10.744,80	R\$ 9.768,00	R\$ 7.680,00	R\$ 9.397,60
22	SWITCHER DE VIDEO DIGITAL HD	1	R\$ 75.867,00	R\$ 68.970,00	R\$ 78.408,00	R\$ 74.415,00
23	EXTENSOR DE VIDEO SOBRE CABO UTP	6	R\$ 76.230,00	R\$ 69.300,00	R\$ 149.516,94	R\$ 98.348,98
24	SISTEMA DE COMPARTILHAMENTO DE IMAGENS SEM FIO	1	R\$ 34.001,00	R\$ 30.910,00	R\$ 30.984,71	R\$ 31.965,24
25	SWITCH ETHERNET 24 PORTAS GERENCIÁVEL	1	R\$ 50.517,50	R\$ 45.925,00	R\$ 17.401,63	R\$ 37.948,04
26	RACK METÁLICO PADRÃO 19" 40UR	1	R\$ 26.620,00	R\$ 24.200,00	R\$ 13.739,20	R\$ 21.519,73
27	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - MINI AUDITÓRIO/PLENÁRIO	1	R\$ 7.139,00	R\$ 6.490,00	R\$ 170.130,00	R\$ 61.253,00
28	TREINAMENTO	1	R\$ 3.630,00	R\$ 3.300,00	R\$ 30.129,44	R\$ 12.353,15
29	MÓVEL TÉCNICO PARA OPERAÇÃO	2	R\$ 37.752,00	R\$ 34.320,00	R\$ 47.532,00	R\$ 39.868,00
Valor total Orçamento Auditório			R\$ 1.557.729,80	R\$ 1.416.118,00	R\$ 1.553.211,77	R\$ 1.509.019,60

ou

9.2. Suprimido .

ou

9.3 Suprimido

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.5. Suprimido

9.5.1 Suprimido

9.5.2 Suprimido

9.5.3. Suprimido

9.5.4. Suprimido

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. 1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. 2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. 3. der causa à inexecução total do contrato;
- d. 4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. 5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. 6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. 7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. 8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Suprimido

2. *Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

i. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de **1% a 10%** do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de **1% a 10%** do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de **5% a 10%** do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de **1% a 5%** do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de **5% a 10%** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão /servidor especialmente designado;

11.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.9. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

12.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5 /2017;

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Suprimido

13.2. Suprimido

13.3. A dotação orçamentária será indicada pela Gerência de Orçamento e Finanças em momento oportuno.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA MARCIA PECHIR GOMES CAICHIOLO

Equipe de planejamento

ILSON IGLESIAS GOMES

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 07/03/2024 às 12:27:33.

BRUNO DAVID GONCALVES FREITAS

Equipe de planejamento